

## Demonstrações Financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho** (Em milhares de reais)

**3. Principais práticas contábeis: (a) Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta reitoria dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo *cost pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são demonstrados no fluxo de caixa, e incluem moeda nacional e em moeda estrangeira, e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, é classificado na categoria: Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período. **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 31 de março de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados exclusivamente para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados, não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que atendam aos critérios de proteção, classificados como "hedge de risco de mercado" bem como os objetos de proteção (ativo ou passivo) são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, exceto se o objetivo da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria de título mantido até o vencimento que, nesse caso, tanto o título na categoria de instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado. O Banco não possui durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge accounting". **(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/11/1999 do CMN/instituída pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 2/02/2002, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação é realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores

os valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de 30 de junho de 2018 e os títulos classificados como mantidos até o vencimento são mantidos ao valor de custo atualizado.

|                                                    |                       |                       |
|----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b> | <b><u>126.966</u></b> | <b><u>186.900</u></b> |
|----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|

**b) Resultado de títulos e valores mobiliários**

**a) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação**

(c) **Margem de garantia:** O quadro a seguir resume os valores depositados

|                                                              |             |             |
|--------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| <b>d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos</b> | <b>2018</b> | <b>2017</b> |
| Resultado com instrumentos                                   |             |             |

|  | 2018 | 2017 |
|--|------|------|
|--|------|------|

(ii) Outros créditos compreendem rendas a receber sobre contratos de câmbio e títulos e créditos a receber (Nota 8(a)).

Parcels to win 2018

**Parcelas a vencer**  
De 01 a 15 dias.....

|                       |                               |                          |               |
|-----------------------|-------------------------------|--------------------------|---------------|
| <b>Nível de risco</b> | <b>Percentual de Provisão</b> | <b>Total da Carteira</b> | <b>89.251</b> |
| AA .....              |                               | 57.297                   | <b>PCLD</b>   |
|                       |                               |                          | -             |

| Atividade econômica | 2018 | 2017 |
|---------------------|------|------|
|---------------------|------|------|

**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017:

(e) **Recuperação de crédito:** No 1º semestre de 2018 não houve recuperação de operações de crédito em prejuízo.

|       | 2018   | 2017   |
|-------|--------|--------|
| CO-OP | 20,000 | 21,513 |

|                                     |             |             |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| <b>b) Diversos</b>                  | <b>2018</b> | <b>2017</b> |
| Quedaron por dar feitas em parentia | 44          | 3           |

\_\_\_\_\_

## 9. Obrigações por empréstimos e repasses

|                  | 2018 | 2017  |
|------------------|------|-------|
| No exterior..... | -    | 1.821 |

**(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis**

**11. Outras obrigações**

|                                       |               |               |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| contratos de cambio (Nota 7(a)) ..... | (26.263)      | (84.520)      |
|                                       | <u>21.973</u> | <u>21.003</u> |
| <b>(b) Fiscais e previdenciárias</b>  |               |               |

|                                        | 2018 | 2017 |
|----------------------------------------|------|------|
| (c) Provisão para pagamentos a efetuar |      |      |
| Impostos e contribuições a recolher    | 331  | 553  |

pela reserva legal e pelos resultados remanescentes dos semestres. A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do semestre, limitada a 20% do capital social.

|                                     |       |       |
|-------------------------------------|-------|-------|
| 14. Outras despesas administrativas | 3.235 | 2.114 |
|                                     | 2018  | 2017  |

|                                                     |    |    |
|-----------------------------------------------------|----|----|
| Despesas com manutenção e conservação de bens ..... | 65 | 81 |
| Despesa de condomínio.....                          | 54 | 72 |
| Despesas com segurança e vigilância.....            | 72 | 70 |

|                                                    |             |             |
|----------------------------------------------------|-------------|-------------|
|                                                    | 1.580       | 1.593       |
| <b>15. Outras receitas e despesas operacionais</b> | <b>2018</b> | <b>2017</b> |

|                               | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|------|------|
| Honorários da diretoria ..... | 260  | 201  |

|                             |              |                |                  |
|-----------------------------|--------------|----------------|------------------|
| empréstimos e repasses..... | -            | -              | -                |
|                             | <b>2017</b>  |                |                  |
|                             | <b>Ativo</b> | <b>Passivo</b> | <b>Resultado</b> |

**2018 2018 2017 2017**

|                                                                      |       |       |       |       |
|----------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Base de cálculo dos impostos<br>após a compensação de prejuízos..... | 1.485 | 1.485 | 1.520 | 1.520 |
| Total de imposto de                                                  |       |       |       |       |

perfil operacional da Instituição, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas. **Risco de crédito:** Risco de crédito

As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma **continua...**

\_\_\_\_\_

...continuação

análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias. As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações. **Risco operacional:** O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional se incluem: (i) fraude interno; (ii) fraude externo; (iii) relações trabalhistas e segurança no trabalho; (iv) dano aos ativos físicos; (v) falhas em TI; (vi) execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos. **Risco de mercado:** O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha uma instituição financeira. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (*commodities*). Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são: (i) Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos; Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho (Em milhares de reais)

macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos. Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificada de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR. (ii) Relatório gerencial diário remetido à Gerência de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial. De acordo com a Resolução n° 3.464 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal. Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna. O sistema utilizado pelo banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificada de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira da instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação

de seus direitos e obrigações. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como: (i) Plano de contingência de liquidez: estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz; (ii) Sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio; (iii) Controle de esgotamento do caixa: o esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo. De acordo a Resolução n° 2.804 (21 de dezembro de 2000) do Banco Central do Brasil, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos

manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvem. **Risco de capital:** Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. No marco da Resolução n° 3.988 (30 de junho de 2011), a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial. **Divulgação de informações**

|                                                  | 2018    | 2017    |
|--------------------------------------------------|---------|---------|
| Patrimônio de Referência (PR) .....              | 102.782 | 102.656 |
| PR mínimo para RWA .....                         | 37.260  | 12.428  |
| Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN ..... | 65.522  | 90.151  |
| IB - Índice de Basileia .....                    | 23,79%  | 76,40%  |
| Valor Correspondente ao RBAN .....               | 283     | 76      |
| Margem Patrimônio de Referência - com RBAN ..... | 65.239  | 90.075  |

Guillermo Mario Alberto Lemmo - Diretor Geral

Claudio de Oliveira Santos - CT CRC 1SP177472/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo São Paulo - SP**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Alteração**

**do objeto social:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 26 de outubro de 2017 a diretoria da matriz do Banco de la Provincia de Buenos Aires deliberou pela alteração do objeto social da Sucursal São Paulo, que passará a atuar como um escritório de representação. O processo para cancelamento do Banco como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional foi encaminhada ao Banco Central do Brasil no dia 13 de março de 2018. Até a data do efetivo cancelamento do registro o Banco operará apenas com as transações existentes até a liquidação final dos ativos e passivos, que ocorrerá de forma gradual. As demonstrações financeiras do Banco devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo

de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018



Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi  
Contador CRC 1SP206103/O-4